



prefeitura de
PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Decisão nº 47 / 2021 CMRI

Porto Alegre, 29 de junho de 2021.

Recurso nº 003697-21-81

Recorrente: (SIGILOSO)

Órgão Requerido: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE - SMAMUS

Relator: SMAP/CDO/DGD

1. Relatório

1.1 Resumo do pedido original

O requerente solicita a íntegra do processo SEI 18.0.000133413-8, em formato PDF, referente ao empreendimento da Cia. Zaffari Ind. E Com. (CNPJ 93.015.006/0001-13) previsto para o endereço da Avenida Nilópolis, 585, nesta Capital.

1.2 Razões do órgão/entidade requerida

A Diretoria do Escritório de Licenciamento manifestou que tal solicitação teria sido atendida em 05/03/2021 através do Despacho 13344956, do processo SEI 21.0.000014846-3.

1.3 Razões do recorrente

No recurso à CMRI, o requerente contesta essa informação, uma vez que a data remete a dois dias antes do protocolo de sua solicitação (07/03/2021).

2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto dentro do prazo legal. O requerente é parte legítima para recorrer e solicitar reexame da matéria.

3. Análise do mérito

O requerente solicita, em formato PDF, a íntegra do processo SEI referente ao empreendimento da Cia. Zaffari Ind. E Com. previsto para o endereço da Avenida Nilópolis, 585 (18.0.000133413-8). No atendimento, a SMAMUS, através da Diretoria do Escritório de Licenciamento respondeu que a solicitação já teria sido atendida no dia 05/03, por intermédio do Despacho 13344956, no processo SEI 21.0.000014846-3. Porém, o requerente contestou essa informação, indicando inclusive que a data desse atendimento foi anterior à presente solicitação junto ao e-SIC. No pedido de reexame, o requerente especifica um endereço de e-

mail para a disponibilização da informação.

Como retorno ao pedido de reexame, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS) informou que, por ordem da autoridade máxima, em se tratando de pedido sigiloso para o acesso de plantas de construções, indeferiu as vistas às plantas. A SMAMUS alegou também que o pedido não atenderia o art. 11, do Decreto 19.990/2018. O requerente pediu recurso, reclamando de violação ao direito à informação; a não especificação sobre qual inciso exatamente não teria sido atendido no tocante ao artigo do Decreto 19.990/2018; ressaltou o fato da dispensa da justificativa pela motivação do pedido e alegou violação de caráter pessoal, uma vez que a mesma solicitação pleiteada teria sido atendida e disponibilizada a outro requerente, por intermédio do processo 21.0.000014846-3.

Considerando que o processo SEI solicitado (18.000133413-8) é público e não constam restrições nos arquivos PDF de seus documentos, esta Comissão Mista de Reavaliação de Informações da Administração Pública Municipal analisou o referido pleito, não sendo verificado nenhum impedimento previsto na Lei de Acesso à Informação (12.527/2011). Quanto ao art. 11 do Decreto Municipal 19.990/2018, uma vez que o requerente, ao utilizar o e-SIC, preenche todas as suas informações e posteriormente tais dados são então suprimidos no envio ao órgão demandado, não há justificativa nesse argumento para negar o acesso.

4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar provimento ao recurso.

5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificação do recorrente, da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 14:51, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:51, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 14:51, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 14:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:53, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Dario da Silva Oliveira Junior, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 15:51, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luig Almeida Mota, Servidor Público**, em 05/07/2021, às 12:06, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **14435290** e o código CRC **862A3FD4**.